INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

EDUARDA DE SOUSA BARROS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O PAPEL DA GESTÃO NESSE PROCESSO

Ibirité-MG
2026

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O PAPEL DA GESTÃO NESSE PROCESSO.

Trabalho de Conclusão de Curso. Relatório de Formação apresentado ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

Orientadora: Dra. Shirlene Consuelo Alves Barbosa

Ibirité-MG

2026

INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Minas Gerais
Campus Sabará

ATADEDEFESADOTRABALHO DECONCLUSÃODECURSO

EDUARDA DE SOUSA BARROS

No dia 16 do mês novembro do ano de 2026, às 19:30 horas, o Professor Orientador Shirlene Consuelo Alves Barbosa e os demais membros da banca examinadora compareceram para defesapúblicadoTrabalhodeConclusãodeCurso intitulado"EDUCAÇÃO INCLUSIVA : A INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O PAPEL DA GESTÃO NESSE PROCESSO", requisito obrigatório para a obtenção do título de **Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica**. Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado: (x) Aprovado() Reprovado.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Professor Orientador. Nada mais havendo a tratar, o Professor Orientador a reunião e lavrou a presenta ATA, que será assinada por todos os membros participantes da banca avaliadora.

Observações:_____

Aprovado com correções._____

gov.br Documento assinado digitalmente
SHIRLENE CONSUELO ALVES BARBOSA
Data: 26/11/2026 18:39:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ASSINATURADO(A)PROFESSOR(A)
ProfessorOrientador

gov.br Documento assinado digitalmente
EDUARDA DE SOUSA BARROS
Data: 26/11/2026 18:50:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ASSINATURADO(A)ALUNO(A)
Aluno(a)

BANCA EXAMINADORA

_____

Dra. Shirlene Consuelo Alves Barbosa
Orientadora – IFMG

_____

Dr. Alex Lara Martins
IFMG

_____

Me. Sheyla Christina Alves Barbosa
IFMG

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a inclusão de pessoas surdas na EPT e papel da gestão nesse processo.

Resumo: O presente trabalho aborda a inclusão de pessoas surdas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com ênfase no papel da gestão escolar na promoção da acessibilidade, da permanência e da aprendizagem desses estudantes. O objetivo geral consiste em analisar, a partir da literatura científica e dos marcos normativos, como se configura a atuação da gestão escolar nesse processo, considerando os desafios institucionais e pedagógicos relacionados à efetivação da educação inclusiva. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica sistematizada e análise documental, de abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo. Os procedimentos metodológicos envolveram o levantamento e a análise de artigos científicos publicados entre 2014 e 2024 nas bases SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, bem como de documentos legais e diretrizes da Rede Federal. Os resultados da análise indicam que a inclusão de estudantes surdos enfrenta desafios relacionados à acessibilidade linguística, à disponibilidade de tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILS), à formação continuada dos profissionais e à utilização de materiais didáticos acessíveis. Identificou-se, ainda, que a garantia de acesso à instituição não assegura, isoladamente, a participação efetiva e a aprendizagem desses estudantes. Nesse contexto, a gestão escolar assume papel estratégico no planejamento preventivo articulado ao atendimento de demandas emergenciais, na organização dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) e no acompanhamento da trajetória acadêmica. Como contribuição, o trabalho apresenta um plano de ação híbrido voltado ao fortalecimento das práticas inclusivas na EPT. Conclui-se que a inclusão de pessoas surdas exige compromisso institucional, planejamento flexível e participação coletiva, de modo a assegurar condições adequadas de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Pessoas surdas; Educação Profissional e Tecnológica; Gestão escolar; Acessibilidade linguística.

SUMÁRIO

1. Introdução.....07
1.1 Considerações sobre a tematica.....07
1.2 Problema de pesquisa.....08
1.1 Objetivos.....08
1.1.1 Objetivo geral.....08
1.1.2 Objetivos especificos.....09
1.4 Justificativa.....09
2. Desenvolvimento.....10
2.1 Referencial teorico.....10
2.2 Metodologia.....13
2.3 Apresentação e analise dos dados.....15
3. Conclusão.....19
4. Plano de ação.....20
4.1 Açoes propostas.....21
4.2 Desenvolvimento da proposta.....22
4.3 Resultados esperados.....23
5. Referências.....24

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações sobre a Temática

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas educacionais brasileiras, orientada pelo reconhecimento do direito de todos os sujeitos à educação, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, sociais ou culturais. Nesse contexto, a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional representa um importante avanço na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Entre os diferentes grupos que compõem o público da educação especial, destacam-se as pessoas surdas, cuja inclusão envolve não apenas questões de acesso à escola, mas, também, o reconhecimento de suas especificidades linguísticas e culturais.

No Brasil, a garantia de direitos educacionais para a população surda tem sido fortalecida por meio de legislações e políticas públicas que reconhecem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e estabelece diretrizes para a promoção da acessibilidade linguística nas instituições de ensino. Entretanto, apesar dos avanços normativos, ainda existem desafios significativos relacionados à efetivação dessas políticas no cotidiano das escolas, especialmente no que se refere à garantia de condições adequadas de acesso, permanência e aprendizagem para estudantes surdos.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esses desafios tornam-se ainda mais evidentes, considerando que essa modalidade de ensino busca articular formação geral, científica e tecnológica, preparando os estudantes para a participação ativa no mundo do trabalho e na vida social. Assim, a inclusão de pessoas surdas, nesse contexto, exige a adoção de estratégias institucionais que garantam recursos de acessibilidade, apoio pedagógico e práticas educacionais que respeitem suas especificidades linguísticas.

Diante desse cenário, a gestão escolar assume um papel central na implementação de políticas e práticas institucionais voltadas à educação inclusiva. Cabe aos gestores escolares organizar e articular ações que possibilitem a efetivação das diretrizes das políticas públicas de inclusão no cotidiano das instituições de ensino, promovendo condições que favoreçam a participação e a aprendizagem dos estudantes surdos.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar o papel da gestão escolar no processo de inclusão de pessoas surdas na Educação Profissional e

Tecnológica, buscando compreender como os gestores escolares atuam na promoção de práticas institucionais inclusivas. A investigação pretende contribuir para a reflexão sobre os desafios e as possibilidades da gestão educacional na construção de ambientes educacionais mais acessíveis, democráticos e comprometidos com a garantia do direito à educação para todos.

1.2. Problema de Pesquisa

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a garantia do direito à educação e para a construção de espaços educacionais que reconheçam e respeitem a diversidade. No caso das pessoas surdas, a efetivação desse direito envolve não apenas o acesso à instituição de ensino, mas também a garantia de acessibilidade linguística, condições adequadas de aprendizagem, participação e permanência. Embora o Brasil disponha de dispositivos legais que reconhecem os direitos educacionais das pessoas surdas e estabelecem diretrizes para a promoção da acessibilidade, a existência de marcos normativos não assegura, por si só, sua efetivação no cotidiano das instituições educacionais.

Na Educação Profissional e Tecnológica, essa questão assume particular relevância, considerando a necessidade de articular formação acadêmica, científica, tecnológica e profissional. Nesse contexto, estudantes surdos podem encontrar diferentes barreiras relacionadas à comunicação, à disponibilidade de recursos de acessibilidade, às práticas pedagógicas, à formação dos profissionais e à organização institucional. Tais desafios podem interferir nas condições de participação, permanência e aprendizagem desses estudantes, evidenciando a necessidade de ações institucionais planejadas e articuladas.

Diante dessa realidade, a gestão escolar apresenta-se como um elemento importante na mediação entre as políticas educacionais inclusivas e sua efetivação no espaço institucional. A atuação dos gestores envolve a organização de recursos e serviços, a articulação entre os diferentes profissionais da instituição, o incentivo à formação continuada e a construção de práticas institucionais que favoreçam a acessibilidade e a participação dos estudantes surdos. Assim, a problemática desta pesquisa parte da necessidade de compreender a atuação da gestão para além de uma perspectiva meramente administrativa, considerando sua dimensão pedagógica e institucional no processo de inclusão.

Nesse sentido, considerando o escopo bibliográfico e documental desta

investigação e as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: De que maneira a literatura científica e os marcos normativos brasileiros caracterizam a atuação da gestão escolar na inclusão de estudantes surdos na Educação Profissional e Tecnológica, considerando os desafios institucionais e pedagógicos relacionados à acessibilidade linguística, à permanência e à aprendizagem?

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, como a literatura especializada e os dispositivos normativos delineiam o papel da gestão escolar no processo de inclusão de pessoas surdas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando os desafios relacionados à acessibilidade, à permanência e à aprendizagem desses estudantes.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Identificar, na produção acadêmica recente sobre a EPT, as principais barreiras institucionais, comunicacionais e pedagógicas enfrentadas por estudantes surdos;
- Examinar os marcos legais e as diretrizes regulatórias da Rede Federal que orientam a acessibilidade linguística e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para pessoas surdas;
- Sistematizar as estratégias e práticas de gestão escolar apontadas pelos estudos analisados para favorecer a comunicação, a atuação dos intérpretes de Libras e a permanência estudantil;
- Propor um plano de ação institucional capaz de articular o planejamento preventivo da gestão escolar com o atendimento às demandas emergenciais decorrentes do ingresso de estudantes surdos.

Ressalta-se que, por se tratar de uma investigação de natureza estritamente bibliográfica e documental, o alcance deste estudo circunscreve-se à análise sistemática das evidências relatadas na literatura científica e nos documentos normativos selecionados. Embora não contemple uma coleta

empírica de dados em campo, o que limita a aferição direta das práticas cotidianas em cada unidade de ensino, o cruzamento entre o referencial teórico, a legislação vigente e os achados de pesquisas empáticas anteriores permite mapear padrões recorrentes, lacunas institucionais e diretrizes aplicáveis à gestão escolar na EPT.

1.4. Justificativa

O presente estudo nasce do olhar crítico e acolhedor de quem cresceu cercada por pessoas com deficiência e neuroatípicas, aprofundou estudos voltados para a área da educação inclusiva durante a graduação e posteriormente no ambiente profissional trabalhou com inclusão de crianças neuroatípicas em sala de aula regular.

No âmbito acadêmico, quando se faz uma pesquisa voltada para a inclusão de pessoas com deficiências ou neuroatípicas, normalmente se aborda o papel do professor voltando-se para sua prática e a forma de adaptação dos conteúdos para esse público; contudo, devemos compreender que esse papel não cabe somente ao educador, mas também a todos os profissionais da educação do ambiente escolar. Com isso, a referida pesquisa volta o seu olhar para o papel da gestão nesse processo, sabendo que o gestor escolar desempenha uma função fundamental na instituição de ensino.

Quando nos voltamos pela perspectiva social, as pessoas com deficiência já enfrentam bastante obstáculos como: falta de acessibilidade física como calçados adequadas transporte público inadequado. Barreiras na comunicação pela falta de intérpretes de libras, legendas e áudio descrição, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, preconceito e capacitismo, desigualdade no acesso à saúde e aos serviços públicos e baixa acessibilidade em espaços de lazer e cultura que somados cria uma barreira que impede o acesso aos direitos humanos básicos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

A discussão sobre educação inclusiva tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente a partir do reconhecimento da educação como um direito fundamental de todos os cidadãos. Nesse contexto, a inclusão escolar

passou a ser compreendida como um processo que visa garantir que todos os estudantes tenham acesso às oportunidades educacionais, independentemente de suas diferenças ou necessidades específicas. De acordo com Mantoan (2015), a educação inclusiva representa uma mudança de paradigma no campo educacional, pois rompe com modelos tradicionais que segregavam estudantes com deficiência em espaços educacionais separados. Para a autora, a escola inclusiva deve ser organizada de forma a acolher a diversidade, reconhecendo que as diferenças fazem parte do processo educativo e devem ser consideradas na organização das práticas pedagógicas e institucionais.

A consolidação da educação inclusiva no Brasil está diretamente relacionada à elaboração de políticas públicas e à criação de marcos legais destinados à garantia do direito à educação das pessoas com deficiência. Entre esses marcos, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo Ministério da Educação em 2008, que orienta a organização dos sistemas de ensino para assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular, além da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das condições necessárias à acessibilidade (BRASIL, 2008). Posteriormente, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), consolidou e ampliou a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, estabelecendo normas destinadas a garantir sua inclusão social, autonomia e exercício da cidadania em igualdade de condições com as demais pessoas. No âmbito educacional, a LBI reforça a responsabilidade do poder público e das instituições de ensino na garantia de um sistema educacional inclusivo, com recursos de acessibilidade e condições adequadas para a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes (BRASIL, 2015).

No tocante à Educação Profissional e Tecnológica e, em especial, à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, esse arcabouço jurídico é complementado por normativas específicas que institucionalizam a inclusão. Destacam-se a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e estabelece o respeito à diversidade e o atendimento às necessidades educacionais específicas como princípios norteadores, bem como a

Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para instituir a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de ensino independente, assegurando a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua em todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo a educação profissional (BRASIL, 2012; BRASIL, 2021).

Na operacionalização dessas diretrizes no cotidiano dos Institutos Federais, a acessibilidade linguística e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) estruturam-se, sobretudo, por meio da atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), instituídos originalmente no âmbito do Programa TEC NEP. Conforme apontam pesquisadores da área da EPT inclusiva, como Rosa (2011), Nascimento (2013) e Anjos (2016), a efetivação do direito à educação dos estudantes surdos nos cursos técnicos e tecnológicos exige que o AEE ultrapasse o caráter meramente assistencialista e articule-se ao ensino regular. Na prática institucional, isso demanda a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), a atuação colaborativa entre docentes das áreas técnicas, professores de AEE e Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS), além da criação de glossários técnicos em Libras para termos específicos das áreas profissionais, superando a lacuna terminológica frequentemente observada nas disciplinas tecnológicas.

No caso específico das pessoas surdas, a discussão sobre inclusão educacional envolve, também, questões relacionadas à língua, à cultura e à identidade. A comunidade surda possui características linguísticas próprias, sendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) reconhecida como sua principal forma de comunicação. O reconhecimento dessa língua como meio legal de comunicação ocorreu por meio da Lei nº 10.436, de 2002, que representou um importante avanço para a garantia dos direitos linguísticos da população surda no Brasil. Posteriormente, o Decreto nº 5.626, de 2005, regulamentou essa lei e estabeleceu diretrizes para a inclusão da Libras no sistema educacional, determinando, entre outros aspectos, a formação de professores e a presença de intérpretes de Libras nas instituições de ensino (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005).

De acordo com Quadros (2006), a educação de pessoas surdas deve considerar a especificidade linguística desses estudantes, reconhecendo a Libras como primeira língua e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. Essa perspectiva contribui para a valorização da identidade e da

cultura surda, além de favorecer processos de aprendizagem mais significativos. Nesse sentido, a organização das práticas pedagógicas e institucionais deve levar em conta as particularidades linguísticas da comunidade surda, garantindo condições adequadas de comunicação e acesso ao conhecimento.

Skliar (2016) também destaca que a inclusão de pessoas surdas na escola não pode ser compreendida apenas como a presença física desses estudantes no espaço escolar. Para o autor, a inclusão envolve a construção de práticas educacionais que respeitem as diferenças linguísticas e culturais, promovendo a participação efetiva dos estudantes surdos no processo educativo. Isso implica repensar tanto as metodologias de ensino quanto as estruturas institucionais que organizam o funcionamento das escolas.

Nesse contexto, a gestão escolar assume um papel central na promoção de práticas educacionais inclusivas. A atuação dos gestores escolares é fundamental para garantir que as políticas públicas de inclusão sejam efetivamente implementadas nas instituições de ensino. Segundo Lück (2009), a gestão escolar envolve um conjunto de ações voltadas à organização e ao funcionamento da escola, incluindo a coordenação de processos pedagógicos, administrativos e institucionais. Para a autora, o gestor escolar exerce uma função estratégica na promoção da qualidade da educação, uma vez que é responsável por articular os diferentes atores envolvidos no processo educativo.

Quando se trata da educação inclusiva, a atuação da gestão escolar torna-se ainda mais relevante, pois cabe aos gestores organizar condições institucionais que favoreçam o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Isso inclui a implementação de políticas de acessibilidade, a oferta de atendimento educacional especializado, a formação continuada de professores e a articulação entre os diferentes setores da instituição. Dessa forma, a gestão escolar desempenha um papel fundamental na construção de uma cultura institucional comprometida com a inclusão.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a discussão sobre inclusão apresenta desafios específicos. A EPT tem como objetivo promover formação integral e qualificação profissional, articulando conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais. De acordo com Ciavatta (2014), a educação profissional deve estar comprometida com a formação de sujeitos críticos e com

a promoção da justiça social, ampliando as oportunidades de acesso ao conhecimento e ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, a inclusão de pessoas surdas na EPT exige a adoção de políticas institucionais que garantam condições adequadas de aprendizagem e participação. Isso envolve não apenas a disponibilização de recursos de acessibilidade linguística, como intérpretes de Libras mas, também, a organização de práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos estudantes surdos. Além disso, é necessário que as instituições de ensino desenvolvam estratégias que favoreçam a permanência desses estudantes, evitando processos de exclusão ou evasão escolar.

A efetivação da educação inclusiva depende de uma concepção de gestão educacional baseada em princípios democráticos e participativos. Para Libâneo (2018), a gestão democrática da escola envolve a participação coletiva na tomada de decisões e na organização das ações educativas. Essa perspectiva contribui para fortalecer o compromisso institucional com a promoção da igualdade de oportunidades educacionais.

Dessa forma, a gestão escolar pode ser compreendida como um espaço de mediação entre as diretrizes das políticas públicas e as práticas educacionais desenvolvidas no cotidiano das instituições. No caso da inclusão de pessoas surdas na Educação Profissional e Tecnológica, os gestores escolares desempenham um papel fundamental na articulação de ações que garantam recursos de acessibilidade, apoio pedagógico e atendimento educacional especializado.

2.2. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica sistematizada e documental, de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. A opção por sistematizar o levantamento bibliográfico justifica-se pela necessidade de minimizar vieses de seleção e garantir rigor metodológico na identificação de evidências científicas sobre a temática (COSTA; KNOP; FELIPPE, 2021).

Para nortear a revisão da literatura, estabeleceu-se a seguinte pergunta orientadora: Quais são os desafios, as estratégias e as atribuições da gestão escolar apontados pela produção acadêmica brasileira no processo de inclusão de estudantes surdos na Educação Profissional e Tecnológica?

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de agosto e outubro de 2025, nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, contemplando publicações em língua portuguesa no recorte temporal de 2014 a 2024, período selecionado por abranger os desdobramentos da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a consolidação das políticas de inclusão na Rede Federal.

Como critérios de inclusão, selecionaram-se artigos científicos revisados por pares, dissertações e teses disponíveis na íntegra e gratuitamente, que abordassem diretamente a escolarização de estudantes surdos na Educação Profissional e Tecnológica brasileira e explicitassem implicações para a gestão escolar, o funcionamento dos NAPNEs ou a organização institucional da acessibilidade linguística. Como critérios de exclusão, descartaram-se trabalhos duplicados entre as bases, estudos focados exclusivamente na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental sem interface com a EPT, resumos simples de eventos e publicações que tratavam apenas de aspectos clínicos da surdez ou de tradução/interpretação sem relação com a gestão educacional.

A partir da aplicação desses critérios, foram selecionados sete estudos centrais para análise aprofundada no escopo da EPT e do ensino superior/profissional (BISOL et al., 2010; LACERDA, 2006; FERNANDES; MOREIRA, 2014; SILVA; PEREIRA, 2018; SOUSA; ALVARENGA, 2021; XAVIER; AZEVEDO, 2021; MENESES; GALASSO, 2022), os quais foram avaliados quanto à clareza metodológica, à aderência ao contexto institucional brasileiro e à consistência na análise das práticas de gestão. A síntese das evidências foi conduzida por meio de análise qualitativa interpretativa (MINAYO, 2014), organizando os achados em categorias temáticas: barreiras linguísticas e pedagógicas, atuação dos intérpretes e do NAPNE, e estratégias de gestão institucional.

Complementarmente, a pesquisa documental compreendeu o exame de dispositivos legais e normativos federais que regulam os direitos linguísticos e educacionais das pessoas surdas e a organização da EPT, a saber: a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução

CNE/CEB nº 6/2012), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei nº 14.191/2021.

Quanto aos objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório e descritivo. É exploratória por buscar ampliar a compreensão acerca do papel da gestão escolar na inclusão de pessoas surdas na EPT, especialmente diante dos desafios relacionados à acessibilidade linguística, à permanência e à aprendizagem. Também é descritiva por apresentar e sistematizar aspectos relacionados às políticas educacionais, às práticas institucionais e às condições necessárias para a efetivação da inclusão no contexto da educação profissional.

Para a realização do estudo, foram consideradas produções acadêmicas e documentos legais relacionados diretamente ao tema da pesquisa, priorizando materiais que apresentassem pertinência com os objetivos estabelecidos. O levantamento bibliográfico possibilitou identificar diferentes concepções sobre educação inclusiva, enquanto a análise documental permitiu compreender as diretrizes legais que orientam a garantia dos direitos educacionais das pessoas surdas.

A análise do material selecionado foi realizada de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre os fundamentos teóricos, os dispositivos legais e o papel da gestão escolar na implementação de práticas inclusivas. Dessa maneira, a pesquisa procura compreender de que forma a gestão pode contribuir para a construção de ambientes educacionais acessíveis, democráticos e comprometidos com a participação e a aprendizagem dos estudantes surdos na Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, os procedimentos metodológicos adotados possibilitaram uma análise fundamentada sobre os desafios e as possibilidades da gestão escolar diante da inclusão de pessoas surdas na EPT, contribuindo para a reflexão acerca da responsabilidade institucional na efetivação do direito à educação e na promoção de condições de acesso, permanência e aprendizagem.

2.3. Apresentação e análise dos resultados

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar aspectos recorrentes relacionados ao processo de inclusão de pessoas surdas no sistema educacional, especialmente no que se refere à acessibilidade linguística, à formação dos profissionais da educação, às práticas pedagógicas e às condições

de permanência e aprendizagem. A partir do levantamento bibliográfico e documental realizado, foram analisadas pesquisas que abordam diferentes contextos educacionais, com atenção especial à Educação Profissional e Tecnológica. Os resultados encontrados são apresentados e discutidos de forma articulada ao referencial teórico, buscando compreender os principais desafios institucionais e pedagógicos identificados na literatura e, sobretudo, refletir sobre a atuação da gestão escolar na organização de condições que favoreçam a efetivação da inclusão de estudantes surdos.

Um estudo desenvolvido por Bisol, Valentini e Simioni (2010) investigou a experiência de estudantes surdos no ensino superior brasileiro, buscando compreender as principais barreiras enfrentadas por esses estudantes no ambiente acadêmico. A pesquisa teve abordagem qualitativa e foi realizada por meio de entrevistas com estudantes surdos matriculados em instituições de ensino superior. Os resultados indicaram que, embora algumas instituições disponibilizem intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), ainda existem desafios relacionados à comunicação em sala de aula, à adaptação de materiais didáticos e à preparação dos professores para trabalhar com estudantes surdos. Os autores destacam que a inclusão efetiva depende de uma atuação institucional mais ampla, envolvendo planejamento pedagógico, formação docente e ações de gestão que promovam a acessibilidade educacional.

Outro estudo relevante é o de Lacerda (2006), que analisou o papel do intérprete de Libras no processo de inclusão de estudantes surdos em contextos educacionais. A pesquisa evidenciou que a presença do intérprete contribui significativamente para a mediação da comunicação entre estudantes surdos, professores e colegas ouvintes, possibilitando maior participação nas atividades escolares. Entretanto, a autora ressalta que a inclusão educacional não pode se restringir apenas à presença do intérprete, sendo necessário que toda a instituição esteja comprometida com a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Nesse sentido, a gestão escolar assume papel fundamental na organização de condições institucionais que garantam a acessibilidade linguística e o desenvolvimento de estratégias educacionais que favoreçam a aprendizagem dos estudantes surdos.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, Silva e Pereira (2018) realizaram uma pesquisa sobre a inclusão de estudantes surdos em cursos

técnicos ofertados por institutos federais. O estudo utilizou abordagem qualitativa e contou com entrevistas realizadas com gestores escolares e professores que atuavam em cursos com a presença de estudantes surdos. Os resultados apontaram que um dos principais desafios enfrentados pelas instituições está relacionado à formação dos docentes para trabalhar com estudantes surdos e à adaptação das metodologias de ensino às especificidades linguísticas desses estudantes. Além disso, os autores destacam que a atuação da gestão escolar é essencial para articular ações institucionais voltadas à inclusão, como a contratação de intérpretes de Libras, a oferta de formação continuada para professores e a organização de políticas de apoio pedagógico.

Outra pesquisa relevante é a de Fernandes e Moreira (2014), que investigaram a implementação de políticas de inclusão de estudantes surdos em instituições de educação profissional. O estudo analisou documentos institucionais e realizou entrevistas com gestores e professores, buscando compreender como as políticas de inclusão são implementadas na prática. Os resultados indicaram que, embora as diretrizes da educação inclusiva estejam presentes nos documentos institucionais, sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à falta de recursos, à escassez de profissionais especializados e à necessidade de maior articulação entre os diferentes setores das instituições de ensino. Os autores destacam que a gestão escolar exerce papel estratégico nesse processo, uma vez que é responsável por planejar, coordenar e acompanhar ações voltadas à promoção da inclusão educacional.

De modo geral, os estudos analisados indicam que a inclusão de estudantes surdos no sistema educacional depende da articulação de diferentes fatores, entre eles a garantia de acessibilidade linguística, a formação adequada dos professores, a disponibilização de recursos pedagógicos e o comprometimento institucional com a educação inclusiva. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, esses desafios tornam-se ainda mais complexos, considerando as especificidades da formação técnica e profissional ofertada nessa modalidade de ensino.

Assim, os resultados das pesquisas evidenciam que a gestão escolar desempenha papel fundamental na implementação de políticas e práticas educacionais inclusivas, contribuindo para a criação de condições institucionais que favoreçam o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes surdos.

Nesse sentido, compreender como os gestores escolares atuam na promoção da inclusão no contexto da Educação Profissional e Tecnológica torna-se essencial para fortalecer a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, democráticos e comprometidos com a garantia do direito à educação para todos.

Diversas outras pesquisas têm analisado os desafios relacionados à inclusão de pessoas surdas na Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando que o acesso à instituição não garante, por si só, condições efetivas de participação, permanência e aprendizagem. Sousa e Alvarenga (2021), ao realizarem uma revisão de literatura sobre a acessibilidade e a inclusão de surdos nos Institutos Federais, destacam a importância das dimensões linguística, educacional, social e cultural no processo inclusivo. Xavier e Azevedo (2021), ao investigarem a trajetória de estudantes surdos no IFSertãoPE, identificaram desafios relacionados ao ingresso, à permanência, às práticas educativas e ao funcionamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). De maneira semelhante, Meneses e Galasso (2022), ao analisarem a implementação da EPT inclusiva no Instituto Federal de Sergipe, evidenciaram desafios envolvendo estudantes surdos, professores e intérpretes de Libras.

Esses estudos indicam que a efetivação da inclusão exige ações institucionais articuladas, que ultrapassem a dimensão da sala de aula e envolvam a organização dos serviços, a formação dos profissionais, a acessibilidade linguística e o acompanhamento dos estudantes. Nesse contexto, a atuação da gestão escolar torna-se relevante, uma vez que cabe à instituição organizar condições e estratégias que favoreçam a participação, a permanência e a aprendizagem dos estudantes surdos. Visando contribuir com a compreensão acerca da temática pesquisada, o quadro 1 apresenta os/as autores/as e suas contribuições na pesquisa, em questão.

Quadro 1: Pricipais autores/as e suas contribuições com o estudo.

Autores/as e Ano	Foco da Pesquisa	Metodologia	Principais Achados e Contribuições sobre a Gestão Escolar
Lacerda (2006)	Atuação do intérprete de Libras	Qualitativa, estudo de caso com observação e entrevistas.	Aponta que a presença do intérprete não basta para garantir a inclusão; exige da gestão a reorganização das

	e relações em sala de aula inclusiva.		práticas pedagógicas e a corresponsabilização institucional.
Bisol et al. (2010)	Experiências e barreiras enfrentadas por estudantes surdos no ensino superior.	Qualitativa, entrevistas semiestruturadas com estudantes surdos.	Evidencia falhas na comunicação, na adaptação de materiais e no preparo docente, destacando a necessidade de planejamento institucional e suporte da gestão.
Fernandes e Moreira (2014)	Implementação de políticas de inclusão de surdos na educação profissional.	Qualitativa, análise documental e entrevistas com gestores e docentes.	Revela distanciamento entre os documentos institucionais e a prática cotidiana devido à escassez de recursos e profissionais, exigindo coordenação estratégica da gestão.
Silva e Pereira (2018)	Inclusão de estudantes surdos em cursos técnicos de Institutos Federais.	Qualitativa, entrevistas com gestores escolares e professores.	Destaca lacunas na formação docente e na adaptação metodológica; aponta o papel central da gestão na contratação de TILS, formação continuada e apoio pedagógico.
Sousa e Alvarenga (2021)	Acessibilidade e inclusão de surdos nos Institutos Federais.	Revisão bibliográfica da produção científica sobre IFs.	Sistematiza barreiras linguísticas, educacionais e culturais, reforçando que o ingresso não garante permanência sem políticas institucionais articuladas pela gestão.
Xavier e Azevedo (2021)	Trajetória de estudantes surdos e atuação do NAPNE no IFSertãoPE	Qualitativa, estudo de caso com análise institucional e relatos.	Identifica fragilidades no ingresso, na permanência e no funcionamento dos NAPNEs, indicando a necessidade de fortalecimento administrativo e pedagógico desses núcleos.
Meneses e Galasso (2022)	Implementação da EPT inclusiva para surdos no Instituto Federal de Sergipe.	Qualitativa, estudo de caso envolvendo surdos, docentes e TILS.	Demonstra que a ausência de planejamento conjunto entre docentes e intérpretes compromete a aprendizagem, cabendo à gestão instituir fluxos e tempos de articulação.

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2026).

3. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o papel da gestão escolar no processo de inclusão de pessoas surdas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando os desafios relacionados à acessibilidade, à

permanência e à aprendizagem desses estudantes. A partir da pesquisa bibliográfica e documental, foi possível compreender que a inclusão educacional não se limita ao ingresso dos estudantes na instituição, mas exige condições que garantam sua participação efetiva no processo de ensino e aprendizagem.

Os estudos analisados evidenciam que a inclusão de pessoas surdas ainda enfrenta desafios relacionados à acessibilidade linguística, à disponibilidade de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), à formação dos profissionais da educação e à utilização de materiais didáticos acessíveis. Essas dificuldades demonstram que a existência de leis e políticas públicas é fundamental, mas não garante, isoladamente, a efetivação da inclusão no cotidiano das instituições de ensino.

Nesse contexto, a gestão escolar desempenha uma função estratégica na construção de ambientes educacionais inclusivos. Sua atuação envolve o planejamento de ações institucionais, a organização dos recursos necessários, a promoção da formação continuada dos profissionais e a articulação entre professores, intérpretes de Libras, equipes pedagógicas e demais integrantes da comunidade escolar. Dessa forma, a inclusão deve ser compreendida como uma responsabilidade coletiva, e não como uma atribuição exclusiva do professor ou do intérprete.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, essa discussão adquire especial relevância, pois a formação dos estudantes envolve conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e profissionais. Assim, garantir a inclusão de pessoas surdas significa assegurar condições para que esses estudantes participem das atividades acadêmicas e práticas, desenvolvam suas potencialidades e tenham oportunidades de formação e inserção no mundo do trabalho. Para isso, as instituições precisam considerar as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda na organização de suas práticas pedagógicas e administrativas.

Diante dos aspectos identificados, o plano de ação também reforça a importância de uma gestão democrática e participativa, que reconheça os estudantes surdos como sujeitos ativos na construção das políticas e práticas institucionais. A criação de espaços de escuta, o acompanhamento da aprendizagem e da permanência, a adaptação de materiais e o fortalecimento da comunicação entre os profissionais são medidas que foi apresentado neste

trabalho propõe estratégias voltadas ao fortalecimento das práticas inclusivas na EPT. Entre elas, destacam-se o mapeamento das necessidades dos estudantes surdos, a formação continuada dos profissionais, a ampliação dos recursos de acessibilidade linguística, o planejamento conjunto entre professores e intérpretes e o acompanhamento sistemático da participação e da aprendizagem. Essas ações constituem propostas de intervenção que podem ser adaptadas às condições e às necessidades de cada instituição.

Considera-se, portanto, que o objetivo geral da pesquisa foi contemplado por meio da análise das produções acadêmicas e dos documentos normativos selecionados, que permitiram discutir a importância da gestão escolar para a efetivação da inclusão de pessoas surdas na Educação Profissional e Tecnológica. Entretanto, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, os resultados se restringem à análise das fontes consultadas, não permitindo afirmar como as ações de gestão ocorrem em todas as instituições ou avaliar diretamente os efeitos das medidas propostas.

Como possibilidade de aprofundamento, recomenda-se a realização de pesquisas de campo em instituições de EPT, com a participação de gestores, professores, intérpretes de Libras e estudantes surdos. Investigações dessa natureza poderão ampliar a compreensão sobre as práticas institucionais existentes, os desafios enfrentados pelos profissionais e as estratégias que favorecem a acessibilidade, a permanência e a aprendizagem.

Por fim, a inclusão de pessoas surdas na Educação Profissional e Tecnológica exige compromisso institucional, planejamento e participação coletiva. Mais do que cumprir determinações legais, é necessário construir uma cultura educacional que respeite a diversidade linguística e cultural, combata as barreiras à aprendizagem e assegure oportunidades educacionais em condições de igualdade. Nesse processo, a gestão escolar constitui um elemento fundamental para transformar as políticas de inclusão em práticas concretas e contribuir para uma EPT mais democrática, acessível e socialmente comprometida.

4. PLANO DE AÇÃO

A partir dos estudos analisados e das discussões apresentadas ao longo desta pesquisa, observa-se que a inclusão de estudantes surdos na Educação

Profissional e Tecnológica exige ações institucionais planejadas e articuladas. Os resultados evidenciam desafios relacionados à acessibilidade linguística, à formação dos profissionais da educação, à utilização de recursos pedagógicos acessíveis, à atuação dos intérpretes de Libras e à criação de condições que favoreçam a permanência e a aprendizagem desses estudantes. Nesse contexto, apresenta-se uma proposta de intervenção voltada à gestão escolar, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das práticas institucionais inclusivas.

A proposta tem como objetivo geral fortalecer as ações institucionais voltadas à inclusão de estudantes surdos na Educação Profissional e Tecnológica, promovendo condições adequadas de acessibilidade, participação, permanência e aprendizagem. Para isso, propõe-se a articulação entre gestão escolar, professores, profissionais de apoio, intérpretes de Libras, estudantes e demais integrantes da comunidade escolar.

No cotidiano das instituições de Educação Profissional e Tecnológica, especialmente nos campi da Rede Federal, observa-se frequentemente uma dinâmica reativa: as ações formativas e os ajustes estruturais costumam ser acionados apenas após a efetivação da matrícula de um estudante surdo. Esse cenário decorre de fatores concretos, tais como o crescimento contínuo e heterogêneo do público da educação especial, a singularidade das demandas linguísticas e pedagógicas de cada sujeito surdo (que exige adaptações individualizadas) e as restrições orçamentárias e de quadro de pessoal especializado, como docentes de AEE e Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS). Diante dessa realidade, o presente Plano de Ação estrutura-se sob uma lógica híbrida de gestão, buscando equilibrar ações preventivas permanentes (de baixo custo e alto impacto cultural) com protocolos de resposta rápida para demandas emergenciais no ato da matrícula.

4.1 Ações propostas

Ação	Objetivo	Responsáveis	Prazo	Recursos necessários
Mapeamento das necessidades dos estudantes surdos	Identificar barreiras relacionadas à comunicação, aprendizagem, acessibilidade e	Gestão, equipe pedagógica e NAPNE	Início de cada semestre	Formulários, reuniões e registros institucionais

	participação			
Formação continuada sobre inclusão e Libras	Ampliar os conhecimentos dos profissionais sobre a surdez, libras e práticas inclusivas	Gestão e equipe pedagógica	semestral	Profissionais especializados, materiais formativos e espaço para formação.
Fortalecimento da acessibilidade linguística	Garantir condições adequadas de comunicação entre estudantes, professores e instituição	Gestão, interpretes e equipe pedagógica	permanente	Interpretes de Libras, materiais bilingues e recursos tecnológicos
Produção e adaptação de materiais didáticos acessíveis	Favorecer o acesso dos estudantes surdos aos conteúdos acadêmicos e profissionais	Professores, interpretes e equipe pedagógica.	Durante cada disciplina	Recursos visuais, vídeos com Libras, legendas e materiais digitais
Articulação entre professores e interpretes	Planejar estratégias que favoreçam comunicação e a aprendizagem	Professores, interpretes e coordenação pedagógica.	Quinzenal ou conforme necessidade	Reuniões de planejamento e acompanhamento.
Acompanhamento da permanência e aprendizagem	Identificar dificuldades e prevenir situações de exclusão e evasão	Gestão, equipe pedagógica e NAPNE	Mensal	Registros acadêmicos, reuniões e acompanhamento individual.
Participação dos estudantes surdos nas decisões institucionais	Ampliar a participação dos estudantes na construção das ações inclusivas	Gestão e comunidade escolar	Permanente	Reuniões, fóruns e espaços de escuta.
Avaliação das ações inclusivas	Verificar os resultados das estratégias implementadas e identificar necessidades de mudanças	Gestão e equipe pedagógica	Semestral	Questionários, reuniões e relatórios.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026).

4.2. Desenvolvimento da proposta

A primeira etapa da intervenção consiste na realização de um mapeamento das necessidades dos estudantes surdos, considerando aspectos relacionados à comunicação, às práticas pedagógicas, aos recursos de acessibilidade e às

condições de permanência na instituição. Essa ação permitirá que a gestão conheça as principais barreiras existentes e organize estratégias de acordo com as necessidades identificadas.

A segunda ação consiste na realização de formação continuada para professores e demais profissionais da instituição, abordando temas como educação de pessoas surdas, Libras, cultura e identidade surda, acessibilidade linguística e práticas pedagógicas inclusivas. A formação deverá ocorrer de maneira contínua, evitando que a responsabilidade pela inclusão seja atribuída exclusivamente aos profissionais que possuem conhecimento específico sobre Libras.

Também se propõe o fortalecimento da comunicação entre professores, intérpretes de Libras e equipe pedagógica. Para isso, poderão ser realizadas reuniões periódicas de planejamento, nas quais sejam discutidos conteúdos, estratégias metodológicas, materiais didáticos e possíveis dificuldades encontradas pelos estudantes. Essa articulação poderá contribuir para que o intérprete não seja compreendido apenas como responsável pela comunicação, mas como parte de uma rede institucional de apoio à inclusão.

Outra ação importante refere-se à produção e adaptação de materiais pedagógicos acessíveis. Recomenda-se a utilização de recursos visuais, vídeos com interpretação ou tradução para Libras, legendas, apresentações acessíveis e materiais digitais que facilitem o acesso aos conteúdos. Na EPT, essa medida deve considerar também as especificidades dos conteúdos técnicos e profissionais, garantindo que a acessibilidade esteja presente tanto nas disciplinas de formação geral quanto nas atividades práticas.

O plano também prevê o acompanhamento sistemático da permanência e da aprendizagem dos estudantes surdos. A gestão, em articulação com a equipe pedagógica e o NAPNE, poderá acompanhar frequência, participação, rendimento e possíveis dificuldades apresentadas pelos estudantes. A identificação antecipada dessas dificuldades possibilita a construção de estratégias de apoio e reduz o risco de que barreiras institucionais contribuam para processos de exclusão ou evasão.

Por fim, propõe-se a criação de espaços permanentes de escuta e participação dos estudantes surdos, permitindo que eles contribuam para a avaliação das condições de acessibilidade e para a elaboração das estratégias

institucionais. Essa participação é fundamental para que as ações desenvolvidas pela instituição considerem as experiências e necessidades concretas dos estudantes.

4.3 Resultados esperados

Com a implementação das ações propostas, espera-se fortalecer a cultura institucional de inclusão e ampliar as condições de acessibilidade para estudantes surdos na Educação Profissional e Tecnológica. Entre os resultados esperados estão a melhoria da comunicação entre estudantes e profissionais da instituição, o fortalecimento da formação dos profissionais da educação, a ampliação da utilização de recursos pedagógicos acessíveis e o aprimoramento da articulação entre gestão, professores, intérpretes e equipe pedagógica.

Espera-se, ainda, contribuir para o acompanhamento mais sistemático dos estudantes surdos, favorecendo sua participação nas atividades acadêmicas e sua permanência na instituição. A proposta também busca fortalecer a compreensão de que a inclusão constitui uma responsabilidade institucional e coletiva, não devendo ser atribuída exclusivamente ao professor ou ao intérprete de Libras.

Para viabilizar a execução dessas ações mesmo em cenários de restrição orçamentária e carência de profissionais especializados nos campi, recomenda-se que a gestão escolar adote estratégias de otimização institucional e atuação em rede. No eixo preventivo, a sensibilização básica em Libras, a criação de repositórios digitais de materiais acessíveis e a definição de fluxos internos junto ao NAPNE podem ser conduzidas mediante parcerias interinstitucionais, aproveitamento de servidores capacitados da própria rede e editais de monitoria inclusiva. Já no eixo emergencial — acionado imediatamente na matrícula de um estudante surdo —, a gestão deve priorizar a construção ágil do Plano Educacional Individualizado (PEI), o remanejamento interno ou compartilhamento remoto de TILS entre campi da mesma instituição para demandas administrativas e de apoio, e o direcionamento focalizado de recursos de assistência estudantil e formação docente especificamente para o curso e os professores que atenderão aquele estudante.

Dessa maneira, o plano de ação apresenta possibilidades de intervenção que podem ser adaptadas à realidade de diferentes instituições de Educação Profissional e Tecnológica. Sua implementação depende das condições, recursos

e características de cada instituição, mas tem como princípio fundamental a construção de uma gestão comprometida com a acessibilidade, a participação e a garantia do direito à educação dos estudantes surdos.

5. REFERÊNCIAS

ANJOS, Isa Regina Santos dos. Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva. 2016. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris; SIMIONI, Janaína Lazzarotto; ZANCHIN, Jaqueline. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 147-172, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100008.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 21 set. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 4 ago. 2021.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

COSTA, Alfredo; KNOP, Rebeka Girardi; FELIPPE, Miguel Fernandes. A produção acadêmica acerca dos desastres tecnológicos da mineração em Mariana e Brumadinho (Minas Gerais). Confins [En ligne], n. 52, 2021. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.41045.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. Educar em Revista, Curitiba, n. esp. 2, p. 51-69, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos CEDES, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2018.

LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MENESES, Emerson Silva; GALASSO, Bruno José Betti. Educação Profissional e Tecnológica inclusiva: desafios da escolarização de surdos no Instituto Federal de Sergipe. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v. 1, n. 22, p. 1-18, 2022.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NASCIMENTO, Franclin Costa do. Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção. Brasília, DF: Editora IFB, 2013.

QUADROS, Ronice Müller de (org.). Estudos surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.
ROSA, Emiliana Faria. Olhares sobre si: a busca pelo fortalecimento das identidades surdas. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Aline Maira da; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Inclusão de estudantes surdos em cursos técnicos de Institutos Federais: desafios e perspectivas. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 645-660, jul./set. 2018.
SKLIAR, Carlos (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2016.

SOUSA, Elisabete Marques Cardozo de; ALVARENGA, Elenice Monte. Acessibilidade e inclusão de surdos na educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais: revisão de literatura. Ensino & Pesquisa, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 154-169, 2021. DOI: https://doi.org/10.33871/23594381.2021.19.3.154-169.

XAVIER, Kátia Cilene da Silva; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins. Trajetória escolar de estudantes surdos no Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). Revista Cocar, Belém, v. 15, n. 33, p. 1-20, 2021.